



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 10 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Motocicletas	2
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO ZFM	3
JORNAL DO COMMERCIO POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Desoneração estimula produção de celulares	4
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	5
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Motos de luxo mantêm crescimento nas vendas	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Planalto tem plano para desenvolvimento	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Salário e empregos isentos de crise	8
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Microempresas	9
A CRITICA Smartphones ' baratos'	10
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Triumph amplia produção	11
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Governo prepara pacote de 'bondades' para 2014	12
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Reforma do ICMS - Parte III	13
A CRITICA ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Média de demissões no setor industrial soma 1,9 mil ao mês	14
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria de celular aposta em alta na produção com smartphone mais barato	15
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA	
MASKATE Terceirização aumenta em 13,9% no Distrito	16
MASKATE Terceirização aumenta em 13,9% no Distrito (continuação)	17

CAPA

Desoneração estimula indústria de celulares



Fotos: Divulgação

- ✓ Decreto nº 7.981 desonerou a produção de smartphones do PIS e Cofins
- ✓ Expectativa do governo é que preço final tenha queda de até 30%
- ✓ Fieam aposta no incremento na produção e geração de emprego no PIM
- ✓ Concorrência com os aparelhos chamados "xing-lings" fica mais equilibrada

Os smartphones produzidos no país recebem desoneração de impostos (PIS/Pasep e da Cofins), conforme decreto nº 7.981, publicado na edição de ontem (9) do Diário Oficial da União. De acordo com o Ministério das Comunicações, eles poderão ficar até 30% mais baratos do que os importados. Na opinião do

vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, a medida deve incentivar a produção de aparelhos no PIM (Polo Industrial de Manaus). "Acredito que isso trará um aumento significativo da produção do produto, além de favorecer a geração de empregos no segmento", aponta o porta-voz.

Página A5

Motocicletas

Motos de luxo mantém trajetória inversa no setor de duas rodas

ZFM

PEC da prorrogação avança na Câmara

A 3ª reunião da Comissão Especial que analisa a PEC 506-A/2010, que prorroga a Zona Franca de Manaus até 31 de dezembro de 2029, resultou na aprovação de diversas audiências públicas. O ciclo de audiências começa no dia 16 de abril em Brasília, 26/04 em Boa Vista/RR, 06/05 em Porto Velho/R) e finaliza no dia 13/05 em Manaus.

Segundo o deputado Fran-

cisco Praciano, "a Comissão Especial começa a andar, estabelecendo um calendário de atividades com o objetivo de discutir a prorrogação do modelo Zona Franca de Manaus."

O deputado, no entanto, alerta para que a comissão não perca o foco de seu objetivo, considerando que muitos deputados que a compõem querem fazer, nesse momento, um debate sobre as deficiências e/ou injusti-

ças do modelo em relação aos demais estados da Amazônia.

Praciano acredita que é preciso que a Zona Franca de Manaus sejam amplamente discutida por todos os parlamentares da região Norte, a fim de gerar uma pauta de discussão que aperfeiçoe o modelo, mas que o foco da prorrogação não pode ser colocado em segundo plano.

Por fim, o deputado Praciano

alerta que "é preciso convencer o Parlamento Brasileiro, e em especial os membros da Comissão Especial, que a Zona Franca de Manaus é um centro econômico dinâmico da região Norte e que qualquer ameaça à sua permanência pode provocar um verdadeiro tsunami econômico na Amazônia, o que não seria bom para a economia e, principalmente, para a preservação ambiental da região."

Desoneração estimula produção de celulares

Expectativa do incentivo é o incremento na atividade industrial e na geração de empregos

Por Olívia de Almeida

Os smartphones produzidos no país recebem desoneração de impostos (PIS/Pasep e da Cofins), conforme decreto nº 7.981, publicado na edição de ontem (9) do Diário Oficial da União. De acordo com o Ministério das Comunicações, eles poderão ficar até 30% mais baratos do que os importados. Na opinião do vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, a medida deve incentivar a produção de aparelhos no PIM (Polo Industrial de Manaus). "Acredito que isso trará um aumento significativo da produção do produto, além de favorecer a geração de empregos no segmento", aponta o porta-voz.

E os consumidores comemoram a desoneração, que chegou em boa hora já que o Dia das Mães se aproxima. "Ter um bom celular não é mais um luxo, ainda mais com acesso à internet, isso é uma necessidade, todo mundo quando está na rua precisa verificar e-mail, conta bancária ou até pesquisar um endereço", opina a funcionária pública, Andressa Oliveira.

Para o economista da Federação, Gilmar Freitas, a novidade vai trazer outro benefício para o Polo, a competitividade das marcas, já que o valor do produto será inferior ao dos importados. "Não sabemos de até quanto será o aumento da produção ainda, porque é um aparelho que depende da demanda, entretanto como haverá uma redução significativa do preço final, as perspectivas são boas", acrescenta o especialista.



Foto: Walter Mendes

Meta é ampliar as vendas dos celulares produzidos no país

E é o que também acredita o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Para ele a medida é positiva e pode, ainda, facilitar o acesso da população à internet móvel. "Com a desoneração sobre o preço do bem final também garantimos a manutenção da competitividade das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus que, inclusive, poderão ter aumento na demanda", comentou.

Segundo dados do último indicadores da Suframa, nos dois primeiros meses do ano foram produzidos o total de

3.742.613 aparelhos celulares no PIM, 4,02 % a mais do que no mesmo período de 2012, o que representou o faturamento de US\$352 milhões. Atualmente, seis empresas do Polo fabricam o produto: Digibrás Indústria do Brasil AS, Elcoteq da Amazônia LTDA, Evadin Indústria da Amazônia, Nokia do Brasil Tecnologia LTDA, Samsung Eletrônica da Amazônia e Semp Toshiba Amazonas S.A.

Em nota ao *Jornal do Comércio*, a Nokia afirma que a desoneração de impostos de smartphones é muito positiva e irá beneficiar diretamente os

usuários além de contribuir com a inclusão digital e o combate à pirataria. A redução será de 9,25% para aparelhos que já são fabricados no Brasil e terá impacto sobre o preço final do produto, na sua comercialização.

Atualmente, a fábrica da Nokia, em Manaus, produz mais de 10 modelos de aparelhos, incluindo os recém-lançados smartphones com Windows Phone 8 (Lumia 820, Lumia 620 e Lumia 520) e toda a família Asha como Asha 311, Asha 308 e Asha 305. A Nokia ainda aguarda a publicação das especificações técnicas do que é smartphone pelo governo para

metros quadrados e aplicativos desenvolvidos no país, inclusive por terceiros. Adicionalmente, o Ministério das Comunicações poderá em seu ato estabelecer valores inferiores ao previsto no decreto, a depender dos requisitos técnicos estabelecidos.

O Ministério das Comunicações informou ainda que assinou termo de compromisso com a Abinee (Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica) e com os fabricantes de celulares para que a redução de impostos decorrente da inclusão dos aparelhos na Lei do Bem seja integralmente repassada aos consumidores. A desoneração do PIS/Cofins é dada na etapa de venda ao consumidor.

De acordo com o ministério, está prevista a formação do Comitê de Aplicativos Móveis, formado por representantes do governo, operadoras e fabricantes. O objetivo é estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de aplicativos no país e definir como podem ser usados nos smartphones beneficiados pela desoneração.

Segundo o ministério, a linha básica é desenvolver aplicativos focados nas necessidades brasileiras e não apenas traduções de aplicativos de sucesso desenvolvidos em outros países. Outro benefício esperado com a desoneração é incentivar a disponibilidade de aparelhos com tecnologia de quarta geração (4G) no padrão brasileiro, resultado do leilão realizado em junho de 2012. Hoje existem apenas três modelos com 4G no mercado brasileiro.

27%

dos celulares vendidos no país são smartphones, de acordo com informações do Ministério das Comunicações

divulgar quais desses modelos vão se enquadrar no novo decreto.

Características Técnicas

De acordo com o decreto, terão direito à desoneração os celulares com internet em alta velocidade do tipo smartphone com valores até R\$ 1.500. Segundo o ministério, entre as características técnicas necessárias do celular, que deverão constar do ato que deve ser divulgado ainda esta semana, estão o wi-fi, aplicativo de navegação e de correio eletrônico, sistema operacional que disponibilize kit de desenvolvimento por terceiros, tela igual ou superior a 18 centí-

Follow-Up



EMPRESARIAL

Porto das lajes, uma reflexão

PARTE I

O cenário dos negócios no Brasil mostra o governo federal promovendo uma série de medidas para conter o fantasma do baixo crescimento, insistindo ainda num conjunto de iniciativas de incentivo ao consumo, tendo por meta a aceleração da economia ao longo de 2013. Há uma expectativa em relação à recuperação de investimentos e da indústria – após um desempenho pífio em 2012 – de encerrar o ano com um crescimento discretamente superior ao ano passado. Os esforços do governo, porém, remetem a decisões mais estruturais e estruturantes e tem a ver com gargalos nos transportes e apagões, energéticos e digitais, que desestimulam e frustram investimentos e investidores. Afinal, num ranking de 134 países, o Brasil ocupa o 124º lugar em qualidade de portos, depois de ficar as últimas três décadas sem investimentos substantivos no setor. Em 2012, foi lançado o Programa de Investimentos

em Logística do Governo Federal, com investimentos em infraestrutura de transportes no país na ordem preliminar de R\$ 133 bilhões em rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais portuários, tal a gravidade do problema no contexto do desenvolvimento socioeconômico nacional. A indústria segue perdendo competitividade e a eficiência do agronegócio no campo se transforma em resultado adverso quando se trata de embarcar seus produtos na precária e cara logística nacional de transportes. Em fevereiro último, o Governo Federal editou a Medida Provisória 595, para enfrentar a ineficiência logística do país e promover – mais de dois séculos depois – nova Abertura dos Portos.

Reflexão inadiável

Neste contexto, cabe aqui resgatar um exemplo sobre o qual se faz imperiosa uma reflexão e uma tomada de decisão de todos os atores en-

volvidos, ou seja, o conjunto do tecido social alcançado pelas sequelas do gargalo logístico. Há exatamente dois anos, em abril de 2011, esta entidade em parceria com a FIEAM, FIESP e CNI, acompanhou uma Comissão coordenada pelo Governo do Amazonas e da Assembleia Legislativa do Estado, com presença da Suframa, Entidades de Classe dos Trabalhadores, direção da OAB-Seção Amazonas, integrantes da Universidade do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras, para debater com a ministra da Cultura e a direção Nacional do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a alteração da poligonal escolhida para o Tombamento do Encontro das Águas. Entre três disponíveis, selecionaram a mais restritiva, cuja redução em apenas 2% iria assegurar o fluxo das atividades econômicas do Polo Industrial de Manaus. Ali, para surpresa dos presentes, a direção do IPHAN, que citara o projeto do Terminal Portuário das Lajes no texto do Parecer que fundamentou o Tombamento, como exemplo de dano efetivo ao fenômeno, admitiu desconhecer completamente o projeto. O habitual e atávico descaço com as dificuldades deste Brasil longínquo...

Confirmou-se, ademais, a suspeita de que a escolha da área e a pressa de sua imposição – sem ouvir, sequer, o governo do Estado – se configurava como uma

grande articulação para impedir a modernização portuária de Manaus, nosso maior embaraço e dano infraestrutural.

Pesquisa do CIEAM

Desde 2005, através de uma cuidadosa pesquisa, o Centro da Indústria foi instado por seus associados a envidar esforços para equacionar a questão do apagão logístico de Manaus. No levantamento de opiniões, a estrutura portuária da ZFM se revelava cara, precária, burocratizada e

A indústria segue perdendo competitividade e a eficiência do agronegócio no campo se transforma em resultado adverso

onerosa, retirando das empresas seus índices de competitividade na disputa de mercado. Para um estado como o Amazonas, a sexta economia do Brasil, que não dispõe de conexão rodoviária com o resto do país, a fragilidade portuária vigente tem sido fator crescente de perda de competitividade da produção industrial e ameaça efetiva de esvaziamento do modelo Zona Franca de Manaus. Por isso, a ideia de buscar parceiros para viabilizar um empreendimento

para enfrentar o desafio surgiu no âmbito da SUFRAMA, fundada na convicção da evidência estratégica e entre competitividade e consolidação do Polo Industrial de Manaus.

Modernização portuária

Foi aí que surgiu a ideia de um Terminal nas proximidades do distrito Industrial, com peculiaridades arrojadas do ponto de vista da sustentabilidade, modernização e cumprimento de todos os itens da legislação em vigor. O Terminal Portuário das Lajes, fruto da associação de um grupo empresarial local, de larga tradição e credibilidade nos negócios, a Juma Participações, com uma empresa do ramo portuário e de cabotagem, a Login Logística, do grupo Vale, com ações de sustentabilidade na bolsa de Valores, ou seja, qualquer deslize socioambiental representaria ameaças e perdas acionárias. Daí, apesar da não exigência legal, a empresa formada dessa parceria, a Lajes Logística, assumiu a realização de EIA/RIMA, Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, com compromissos sociais e ambientais inéditos na região – assumidos

em duas audiências públicas e em documentos consolidados entregues ao órgão ambiental e demais instâncias públicas. Um projeto reconhecido por entidades e instituições do setor como paradigma de uso e ocupação da orla de Manaus. Em agosto de 2011, confirmando o cumprimento de todas as exigências ambientais, sociais, paisagísticas e arqueológicas, além do NADA OPOR da Marinha do Brasil e a determinação do Plano Diretor da cidade de Manaus, que destina aquela área para os fins assumidos, recebeu o Licenciamento de Instalação, concedido pela autoridade estadual de Meio Ambiente. Apesar disso, por razões burocráticas, outras sombrias, movidas por interesses inconscientes, nada aconteceu. Ou melhor, tudo se deu para impedir o equacionamento logístico local. Seria injusto, a propósito, ignorar os movimentos na direção da eficiência portuária dos portos locais, sobretudo, no que tange aos investimentos realizados, com aquisição de novos e modernos equipamentos, resultando no aumento da capacidade operacional instalada. Voltaremos ao assunto.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Motos de luxo mantêm crescimento nas vendas

Desempenho positivo na comercialização de motocicletas grandes impulsionam investimentos do setor no polo incentivado amazonense

Por Osvaldo Henriques

Em caminho inverso ao da crise no setor de duas rodas, as vendas de motocicletas acima de 500cc continuam apresentando crescimento no país. A venda de motos grandes cresceu 41,3% nos últimos três anos, contra 2,3% das motos populares. A empresa britânica, Triumph Motorcycles, por exemplo, anunciou ontem que decidiu ampliar sua linha de produção de 2013 em 25% em relação à previsão feita no início do ano. Agora serão 2500 motos produzidas no Polo Industrial de Manaus neste ano. Para se ter uma ideia, 25% também foi à queda anunciada no número de produção de motos, abrangendo todas as cilindradas, no primeiro trimestre em 2013. Os dados são da Abraciclo (Associação Brasileira de Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e similares).

Em 2010 e 2011, as motos acima de 450cc, representavam apenas 1,9% do mercado. Os números de 2012, mesmo com a crise, já registravam o crescimento para mais de 2,5% número que se manteve no primeiro trimestre de 2013 e estimulou a vinda de empresas como a Triumph para o PIM. A empresa chegou ao polo em novembro de 2012 e em três meses comercializou 200 unidades de suas motos no país. Já nos primeiros três meses desse ano o número de motos comercializadas chegou a 360, sendo 180 só em março.

Para o presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas, Wilson Luis Pe-

rico, os compradores desses produtos são homens de classe alta, o que os levam a serem fiéis as marcas e produtos, com isso o efeito da crise não é sentido. Além disso, por possuírem uma condição financeira mais favorável eles necessitam menos de crédito dos bancos, mantendo seu padrão

Em junho, a montadora Triumph lançará no mercado brasileiro os modelos Daytona 650 e a Street Triple

de compra. "Quem compra motos desse porte, compra por esporte, por lazer, enquanto quem compra moto até 150 cilindradas compra por necessidade, para trabalhar, se locomover, o que abrange um mercado muito maior e tem dificuldade para acessar o crédito, que é o grande entrave para a indústria hoje", explicou.

Esse crescimento no nú-

mero de vendas fará com que a empresa Triumph aumente a produção e consequentemente gere mais empregos na região. Atualmente a unidade conta com cerca de 40 profissionais no Polo de Manaus, mas a promessa é de que aja mais que o dobro até o fim do ano, com pelo menos 90 profissionais. Para o presidente da Cieam, Wilson Luis Perico, embora os números sejam positivos, estes representam muito pouco dentro do orçamento das empresas e são insuficientes para resgatar o mercado.

"O crescimento é insuficiente". "Uma coisa é a questão financeira, outra coisa é a questão social. Nesse produto você tem um lucro maior por unidade, mas o volume de produção dele é menor, consequentemente o volume de empregos gerados tende a ser menor; é preciso resgatar o setor como um todo", opina Périco.



Foto: Divulgação

Motos de grande cilindradas têm alta nas vendas em todo o Brasil

Dados da Triumph no país

A Triumph também pretende investir em mais concessionárias no país. Atualmente existe apenas uma, localizada na capital paulista. A previsão é de que até o final do ano, sejam abertas mais de uma concessionária por mês no país, totalizando 12 até o final do ano. No entanto a empresa não pretende abrir uma concessionária no Amazonas.

A fábrica da Triumph em Manaus está localizada em um condomínio industrial, ocupando uma área de 2.000 m². Sua capacidade atual de produção é de 5.000 motocicletas por ano, entre os diversos modelos e está investindo no biênio 2012/2013 cerca de R\$ 19 milhões no Brasil.

Atualmente a Triumph fabrica quatro modelos em Manaus.

Planalto tem plano para desenvolvimento

Lista com 200 medidas visam orientar o crescimento em 19 setores da economia, dentro do plano Brasil Maior

O governo divulgou um plano com cerca de 200 medidas para nortear a política industrial do país até o final do mandato da presidente Dilma Rousseff. O documento congrega propostas para 19 setores da economia, batizadas de Agendas Estratégicas Setoriais. Elas foram definidas pelos Conselhos de Competitividade de cada setor, criados há um ano como determinação do Plano Brasil Maior e compostos por representantes do governo, do setor privado e dos trabalhadores.

"Temos aqui o rumo a seguir e, mais do que isso, ações previstas. Em termos de compromisso de execução, a gente traz um conjunto de medidas viáveis, com responsáveis legais e prazos previstos", afirmou Heloisa Menezes, secretária de Desenvolvimento da Produção do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Para cada medida, foi definido um órgão responsável por sua implantação e um prazo para sua execução.

Por enquanto, no entanto, trata-se muito mais de um pacote de intenções do que um plano

de ação efetivo. Isso porque o governo não deixa claro se as datas estipuladas referem-se aos prazos para planejamento das ações ou ao tempo necessário para a entrada em atividade da proposta, e admite que parte das ações descritas no documento pode nem sair do papel.

"Tem coisas aqui que tecnicamente podem não acontecer, pois envolvem renúncia fiscal, por exemplo. É preciso ver se há espaço. Outras dependem de esforço grande do setor privado, como nas ações de qualificação", afirmou o presidente da Agência

Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges.

O documento será apresentado amanhã durante reunião

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que congrega 17 ministros, além do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e 19 empresários.

Propostas

Dentre as propostas formuladas, há a criação de um programa de incentivos fiscais para a cadeia de fornecedores de petróleo e gás e a formatação de metodologias para aferir o uso

de conteúdo local na fabricação de automóveis no país.

No setor de saúde, há a intenção de ampliar os incentivos dados pelo BNDES para a produção de medicamentos biológicos no país e aperfeiçoar o sistema de precificação de medicamentos feito pelo governo, por exemplo.

Na área de defesa, o governo quer implantar um programa de

financiamentos para empresas "estratégicas", viabilizar a instalação de um centro de tecnologia para helicópteros e criar uma companhia para compra e venda de equipamentos de defesa, de capital privado ou misto.

Conteúdo Local

O governo deseja ainda aprimorar a metodologia de aferição de conteúdo local nos progra-

mas do BNDES. A ação faz parte da agenda setorial de bens de capital. Nela consta ainda estender o PSI (Programa de Sustentação do Investimento) até o final de 2014.

Na agenda de energias renováveis, a preocupação com conteúdo local aparece novamente. A ideia é criar mecanismos de certificação da produção no país e definir critérios de conteúdo

nacional que serão adotados nos leilões de compra e venda de energia elétrica.

PIS/COFINS

A intenção de cortar a cobrança dos impostos PIS/COFINS aparece em diversos setores: para produtos do complexo eletroeletrônico, de saúde e para matérias-primas petroquímicas.



Salário e empregos isentos de crise

Levantamento da CNI mostra que geração de vagas não foi impactada pela queda no faturamento do setor

O faturamento do setor industrial caiu em fevereiro deste ano, repetindo a mesma dinâmica verificada em janeiro, segundo dados do levantamento Indicadores Industriais, divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, o faturamento do setor teve queda de 3,7% na comparação com janeiro.

Nos dois primeiros meses de 2013, houve retração de 6,8% nos ganhos industriais, depois de recuar 4,2% no faturamento das indústrias em janeiro, em relação a dezembro. Para a CNI, a indústria "ainda não encontrou sua trajetória de crescimento" neste ano.

Essa redução, no entanto, não teve impacto sobre a geração de emprego no setor, que ficou relativamente estável, com crescimento de 0,3% em relação ao mês anterior, quando houve queda de 0,2% em relação a dezembro. A diminuição dos ganhos na indústria tampouco teve consequências negativas de curto prazo sobre os salários dos seus trabalhadores, cuja massa salarial cresceu 1,9% - o aumento mais intenso dos últimos 14 meses. A utilização da capacidade instalada (UCI) seguiu a tendência de mau desempenho do setor, com diminuição de 1,9 ponto percentual. Em janeiro, o

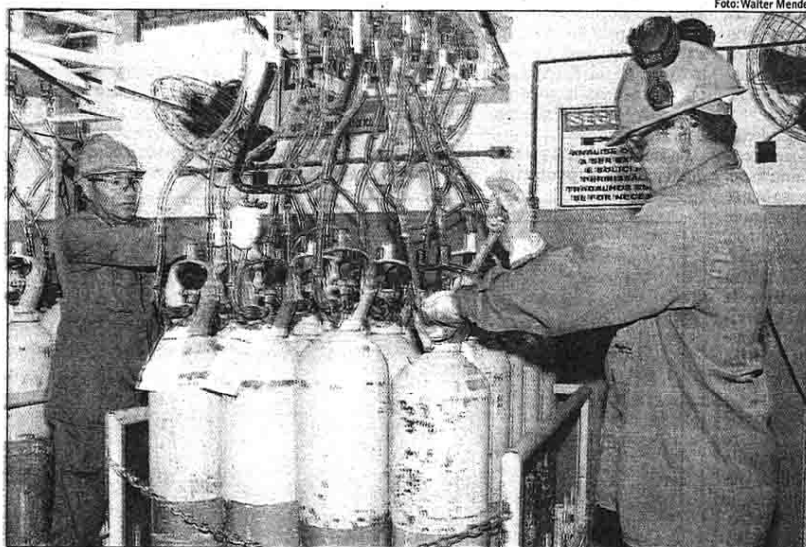


Foto: Walter Mendes

Utilização da capacidade instalada (UCI) seguiu a tendência de mau desempenho do setor, mas os salários foram mantidos

índice apontava o uso de 84,5% da capacidade instalada. Em fevereiro, essa utilização caiu para 82,6%. Em comparação ao mesmo mês do ano passado, resultado foi estável, com a diferença de 0,1 ponto percentual (82,5%). Em 2012, nenhum dos 12 meses registrou uso da capacidade instalada superior a 82,5%.

Os setores de móveis, máquinas e materiais elétricos e quími-

cos foram os que tiveram o melhor desempenho - com 29,6%, 23,1% e 12,3% de crescimento salarial, respectivamente. Os setores com pior desempenho foram o de farmacêuticos, máquinas e equipamentos e têxteis - com a queda de 6,3%, 4,5% e 3,6% de redução salarial.

De acordo com o economista da CNI Marcelo de Ávila, ainda que os sinais de aquecimento no setor sejam aparentes, mas não

traduzidos em crescimento de fato, espera-se que isso ocorra nos próximos meses. Para ele, essa expectativa é uma das explicações para a manutenção dos salários e dos postos de trabalho no setor.

"Os salários mostram uma clara retenção de funcionários. No mercado, existe a percepção de que há um problema de mão de obra qualificada no setor. No contexto de um mercado

dinâmico e níveis históricos de baixo desemprego, emprega-se muita mão de obra sem qualificação. Isso aumenta o poder de barganha do trabalhador", explicou Ávila, sobre a retenção de empregados qualificados e a manutenção ou aumento salarial, a despeito do desempenho estagnado do setor.

Para o gerente executivo de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca, a manutenção desses

salários depende do aumento de produtividade no setor.

"Desde 2006, os salários reais estão crescendo acima da produtividade. Isso gera dificuldade de o setor retomar investimentos, porque reduz a capacidade do setor. Por isso, batemos na tecla de uma agenda de redução de custos - como a energia elétrica, a desoneração da folha de pagamento - de forma a compensar aumento dos salários", explicou Fonseca.

Segundo ele, essa compensação não pode ser feita atualmente por meio do ajuste de preços, devido à competitividade dos produtos importados, que estão entrando no país a custos mais baixos.

Em relação ao número de horas trabalhadas, o levantamento aponta que houve aumento de 0,4% para os trabalhadores desse setor em relação ao mês anterior. Todos esses índices do levantamento da CNI são baseados em uma base de 100 pontos fixada em 2006. As variações são medidas a partir de então.

ADUKARGO
Operador logístico
(092) 3212-8500
www.adukargo.com.br

Microempresas

Pequenos geram mais da metade dos empregos

Segundo dados do Caged, se comparado com janeiro, postos de trabalho criados pelas micro e pequenas empresas aumentam 56%

As micro e pequenas empresas geraram em fevereiro mais de 74 mil vagas de emprego, representando cerca de 60% dos 123,4 mil postos criados pelo setor produtivo do país. Com esse resultado, a geração de postos de trabalhos pelos pequenos negócios registrou um crescimento de 56% do primeiro para o segundo mês do ano: o saldo líquido de novos empregos nos empreendimentos de micro e pequeno porte saltou dos 47,5 mil, em janeiro, para 74,3, em fevereiro.

As informações são do estudo mensal que o Sebrae elabora com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego. Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, esses números confirmam uma tendência de crescimento da economia brasileira neste ano. "Fevereiro é um mês com poucos dias úteis. Ter quase dobrado o número de contratações no mês mais curto do ano é um ótimo sinal", declara Barretto.

O setor serviços foi responsável pela criação de mais da metade dos empregos formais de fevereiro. Cerca de 47,5 mil postos de trabalho foram gera-

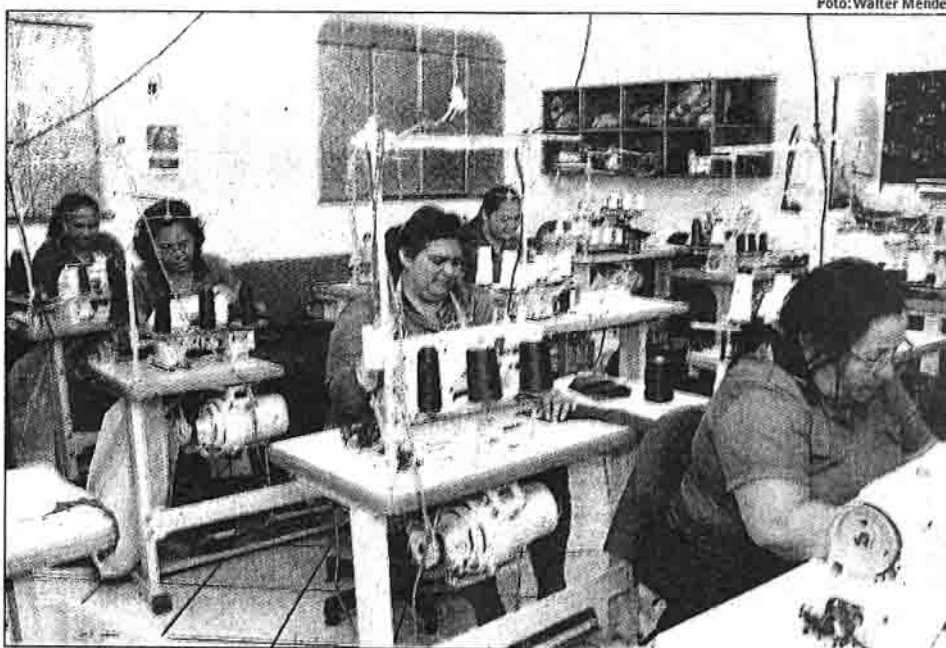


Foto:Walter Mendes

Estudo confirma crescimento das microempresas em geração de empregos em todo o Brasil

dos por esse setor. Com 15,9 mil novas vagas, a Indústria ficou em segundo lugar, seguida pela Construção Civil, com cerca 11,3 mil novos cargos. Apesar do setor da Indústria não ter sido entre os pequenos negócios o que mais gerou empregos no segundo mês do ano, ele continuou positivo em fevereiro, com um saldo de 16 mil postos.

Juntas, as micro, pequenas, médias e grandes empresas da Indústria geraram em fevereiro aproximadamente 32 mil vagas. Isso demonstra que o segmento continua em um processo de recuperação de empregos. "Esse crescimento mostra que as medidas adotadas pelo governo, como a desoneração da folha de pagamento, estão

surtindo efeitos e aquecendo a economia", afirma o presidente do Sebrae.

O Estado com maior número de empregos gerados no período analisado foi São Paulo, com 30 mil, seguido pelo Paraná, que contratou 9,5 mil pessoas, e por Minas Gerais, que criou quase seis mil postos de trabalho.

Smartphones 'baratos'

Desoneração da Cofins e do PIS pode levar preço do produto a cair até 30%. Essa é a expectativa do Governo Federal

CINTHIA GUIMARÃES

cinthiaguimaraes@critica.com.br

O Governo Federal publicou ontem, no Diário Oficial da União, o Decreto nº 7.891 que desonera a cobrança de impostos como PIS/Pasep e da Cofins dos aparelhos smartphones, o que deve significar uma redução de 30% no preço desses celulares ao varejo. No entanto, a conta não deve ser simples e o desconto ao consumidor final pode ser menor, em cima dos preços cobrados hoje. (ver tabela).

A medida do governo também visa estimular o acesso à Internet através dos dispositivos móveis e desenvolvimento de aplicativos no Brasil.

Os smartphones foram incluídos na Lei do Bem (Lei nº 11.196), sancionada em setembro pela presidente Dilma Rousseff. O decreto, publicado sete meses depois, vem para definir as regras, entre elas que o desconto valerá para aparelhos que custem até R\$ 1,5 mil. Portanto, ficam de fora os aparelhos de alto desempenho, considerados 'top de linha', como o Samsung Galaxy SIII, que custa em torno de R\$ 2 mil; Galaxy Note, comercializado a R\$ 2,2 mil; e iPhone 5, vendido a partir de R\$ 2,5 mil.

O decreto prevê que um ato do Ministério das Comunicações definirá as características técnicas que o celular deverá ter

para ser considerado um smartphone com Internet em alta velocidade e consequentemente ser desonerado.

VENDAS

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, explicou que o desconto vai depender dos cálculos sobre os custos operacionais de cada loja, podendo chegar até 30%. "O comércio e a indústria venderão mais, o cliente comprará mais barato e o governo não perde, porque se o volume de vendas aumentar, ele continuará mantendo a arrecadação equilibrada", pontuou. Segundo ele, a venda de smartphones vem crescendo, uma vez que o produto é muito operacional, tanto para as pessoas físicas quanto para as empresas.

No Polo Industrial de Manaus (PIM), a Nokia e a Samsung são as duas empresas fabricam aparelhos smartphones. Em pronunciamento oficial, a Nokia disse que a desoneração é muito positiva e irá beneficiar diretamente os usuários além de contribuir com a inclusão digital e o combate à pirataria. Atualmente, Nokia produz mais de 10 modelos de aparelhos, incluindo os recém-lançados smartphones com Windows Phone 8 da linha Lumia.



Ficam de fora da desoneração os aparelhos denominados "top de linha"

Em números

#

27%

É quanto representam aproximadamente os smartphones do total de celulares vendidos no Brasil. A expectativa é chegar a 50% do total em 2014, ou cerca de 30 milhões, de acordo com informações do Ministério das Comunicações. Segundo o ministério, entre as características técnicas dos aparelhos desonerados estão wi-fi, aplicativo de navegação e de correio eletrônico, sistema operacional, tela igual ou superior a 18cm² e aplicativos desenvolvidos no País, inclusive por terceiros.

Operadoras projetam mais vendas

A redução também acaba aumentando o volume das operadoras de celulares. A TIM, a operadora com o segundo maior número de clientes no Brasil, informou que está analisando a medida e a possível redução nos preços dos aparelhos em suas lojas. "Para a empresa, toda e qualquer redução realizada para redução dos preços de smartphones comercializados no País é positiva e irá beneficiar operadoras, fabricantes e consumidores com a popularização do produto", informou a companhia, em nota.

A Telefônica Vivo e a Oi informaram, também em nota, que estão aguardando a publicação sobre as características técnicas dos respectivos aparelhos para repassar os novos preços ao consumidor. A Oi acrescentou que a iniciativa de desoneração é positiva para democratização do acesso ao serviço de Internet móvel no País.

Smartphones mais vendidos no mercado

Modelo	Loja Bemol	Info Store	Hi Tech	Lojas Ramsons
Samsung S III	R\$ 1.999	R\$ 1.959	R\$ 1.999	R\$ 1.999
Samsung Gran Duos	R\$ 1.399	R\$ 1.399	—	R\$ 1.399
Samsung Galaxy Y duos	R\$ 579	R\$ 579	R\$ 599	R\$ 549
Samsung Galaxy Pocket	R\$ 449	R\$ 449	R\$ 499	R\$ 399
Samsung Galaxy Note 2	R\$ 2.299	R\$ 2.299	R\$ 2.299	R\$ 2.299
iPhone 5 16G	—	R\$ 2.599	R\$ 2.699	—
LG Optimus L5 duos	R\$ 749	R\$ 749	—	R\$ 749
Sony Xperia S	R\$ 1.699	R\$ 1.599	—	—
Motorola Atrix	R\$ 999	—	—	R\$ 899

OBS: Preços em reais, no dia 17 de março.

Triumph amplia produção

Empresa que tem unidade fabril na Zona Franca de Manaus está animada com a resposta dada pelo mercado brasileiro

A Triumph, empresa do ramo de motocicletas Premium, decidiu acelerar seu plano de expansão da rede de concessionárias, ampliar sua produção em Manaus e já projeta atingir vendas totais no ano em torno de 2.500 unidades - um volume 25% superior à previsão inicial de 2.000 motocicletas.

Hoje será inaugurada a segunda concessionária da marca no País, a Triumph Eurobike, em Porto Alegre, e amanhã, será a vez de outra concessionária Triumph Eurobike abrir suas portas, mas em Ribeirão Preto.

Lançada oficialmente no mercado brasileiro em novembro do ano passado, a Triumph

vem se surpreendendo com os resultados obtidos pela marca até o momento e está revendo para cima seus planos no País.

Entre novembro e dezembro de 2012, a Triumph comercializou no País 200 unidades dos seus seis modelos - Bonneville T100, Speed Triple e Tiger 800XC (todas montadas em Manaus) e Thunderbird Storm, Tiger Explorer e Rocket III Roadster (importadas). Neste ano, entre janeiro a março, as vendas já atingiram cerca de 360 motocicletas. "Foi uma resposta muito rápida e positiva do mercado, acima do que esperávamos. Diante disso, resolvemos acelerar nossos planos no Brasil", afir-

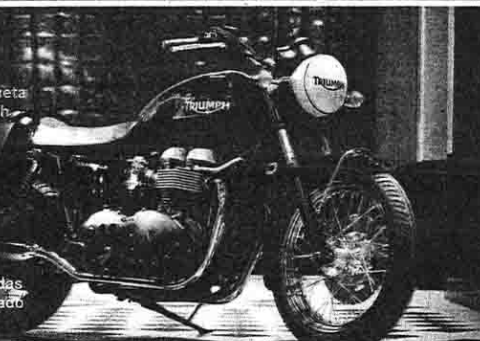
Em números

2.500

Unidades de moto é a meta de vendas que a Triumph para este ano. Por isso resolveu ampliar a montagem em ZFM.

360

Unidades das motos Triumph já foram vendidas este ano, fato interpretado como positivo por ela.



ma Marcelo Silva, gerente Geral da Triumph Motorcycles Brazil.

A fábrica de Manaus, por exemplo, vem ampliando continuamente seu ritmo de trabalho desde o início das suas operações, em outubro do ano passado. Atualmente, a unidade conta com cerca de 40 profissionais e deverá chegar a 90 trabalhadores até janeiro de 2014. Este aumento no quadro de funcionários também está relacionado à produção de novos modelos na planta. Em junho, a marca lançará no mercado brasileiro a superesportiva Daytona 675 e a Street Triple. Ambas foram remodeladas recentemente e serão montadas em Manaus.

"Começamos a operar no final do ano passado com seis modelos, mas até 2014 a linha Triumph no Brasil será composta por 15 modelos de motocicletas, ampliando ainda mais as opções para o nosso público", revela o gerente Geral da Triumph Motorcycles Brazil.

Governo prepara pacote de 'bondades' para 2014

BRASÍLIA (AG) Um conjunto de medidas que deverão ser implementadas até o fim do mandato da presidente Dilma Rousseff será examinado nesta hoje pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), formado por 17 ministros. Entre essas medidas estão a desoneração de PIS/Cofins sobre matérias primas petroquímicas; a prorrogação até 2014 de programas como o de Sustentação do Investimento (PSI) e de exportação e importação de bens de capital das empresas de petróleo e gás (Repetro); e o estabelecimento de incentivos fiscais para cadeias de fornecedores de insumos e equipamentos de petróleo. Também estão no radar a instituição de uma espécie de

Refis para as milhares de indústrias de autopeças que estão em débito com o Fisco e o maior rigor na aferição de conteúdo local (parte do veículo composta exclusivamente por peças e conteúdos nacionais). As propostas que serão examinadas pelo CNDI foram elaboradas por representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, no âmbito do Comitê de Competitividade. As medidas foram anunciadas nesta terça-feira pelo presidente da Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges. - São mais do que recomendações. São medidas que também dependem de o setor privado arregaçar as mangas - disse Borges

Reforma do ICMS - Parte III

Aspectos relevantes precisam ser melhor compreendidos a respeito da reforma do ICMS ora em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Entendo saudável e inteligente examinar também o reverso da moeda. Há um lado, o concernente à própria sobrevivência da Zona Franca de Manaus. Outro, relacionado ao interesse nacional e às conveniências do conjunto dos estados da União. Diante desse quadro, governo do Amazonas e SUFRAMA não podem permitir que o embate afuera para o confronto direto. Aqui a chance de derrota, nossa, é altíssima, dados os poderosos interesses com os quais nos defrontamos. São Paulo, Minas, Rio e Bahia, por exemplo, as quatro maiores representações políticas junto ao Congresso Nacional, reúnem bancada de

208 deputados, a grande maioria da base aliada do governo, porém arraigados a conveniências de seus próprios estados. A do Amazonas apenas oito parlamentares. Por outro lado, o problema transcende a particularidades locais. Vai além de percepções tais como a de que "o projeto Zona Franca se houve vitorioso desde sua implantação", de que "o Estado detém 98% de sua floresta 100% conservada", ou de que "o Amazonas vai perder 77% de sua arrecadação com a reforma". São números relevantes, porém relativos a interesses domésticos. Não sensibilizam nem um pouco os demais estados. Quase todos, inclusive os do Norte, veem-se ameaçados pelo desproporcional fortalecimento do Polo Industrial de Manaus (PIM). A tal ponto que o



**Osiris
Silva**

e-mail:
osirissilva@
gmail.com

Amazonas, sozinho, segundo dados da Receita Federal, responde por cerca de 54% da receita tributária da União arrecadada nos sete estados da região Norte. Os secretários de Fazenda amazonenses em qualquer época sentem ou já sentiram as hostilidades desferidas por seus colegas quando questões relacionadas à ZFM são apreciadas pelo Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), em Brasília. Outro dado muito importante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as exportações nacionais de alimentos processados (industrializados e semielaborados) caiu 3,3% - de US\$ 44,8 bilhões em 2011 para US\$ 43,4 bilhões no ano passado. Enquanto as importações tiveram alta de

2,3%, puxadas principalmente pelas compras de trigo, e totalizaram US\$ 5,6 bilhões em 2012. Com isso, o saldo da balança comercial do setor caiu 3,8%, para US\$ 37,8 bilhões. A Zona Franca de Manaus importou, em 2012, US\$ 11,13 bilhões, quase o dobro do que o Brasil importou de gêneros alimentícios ano passado. Quer se queira ou não esses números pesam contra nós. Por isso precisam ser analisados em todas suas nuances e magnitude. A história da Zona Franca de Manaus é recheada de conflitos e rejeições por parte da comunidade econômica e empresarial brasileira. Entrementes, governo Federal, estado do Amazonas e SUFRAMA deixaram passar oportunidades de reformular o modelo de sorte a mantê-lo

como área de exceção fiscal e, simultaneamente, no longo prazo, reduzir os impactos sobre a balança comercial, gerando saldos positivos e desenvolvimento. Muito estranho que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ao qual a SUFRAMA é vinculada, e as grandes empresas do PIM também não estejam na linha de frente em defesa da ZFM. Por que? Porque não há estratégia nem logística capaz de fazer face aos ataques dos oponentes. Impõe-se mostrar e defender o modelo não como gerador ad eternum de déficits comerciais, mas dentro de uma perspectiva de integrar-se à conjuntura econômica nacional na qualidade de centro industrial, comercial e agropecuário nos termos preconizados pelo DL 288/67.

Média de demissões no setor industrial soma 1,9 mil ao mês

TEXTO Lais Motta
FOTO Raimundo Valentim
MANAUS

As empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) demitiram, em média, 1.982 trabalhadores por mês em um ano e meio. Os dados do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM) reforçam que a indústria ainda sente os reflexos da crise econômica e o cenário é de baixa produtividade e cautela nas expectativas para este ano. O segmento Termoplástico, o mais afetado, já demitiu cerca de mil pessoas no primeiro trimestre, 90% acima do mesmo período de 2012, e deve dispensar mais 400 até o final de abril.

A explicação está relacionada à compra de componentes importados em troca do produzido no PIM. "A maioria das empresas de bens finais está importando os kits prontos ao invés de comprar aqui do polo. Importam, montam aqui e faturam. Mas o dinheiro não fica, ele passa por aqui. E o que é pra gerar, o emprego, acaba não gerando", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Manaus (SindPlast), Francisco Brito.

O setor dispensou 444 nas últimas semanas, segundo o SindPlast. Cerca de 215 foram da Masa da Amazônia. A Tutiplast

havia anunciado outras 200, mas voltou atrás, reduzindo o número para 20, de acordo com Brito. "Todo dia tem demissões. No final de abril, devemos passar de 1,4 mil", disse o presidente do SindPlast.

Somente entre janeiro e março deste ano, foram 1.023 demissões. A Foxconn Moebg aparece na frente, seguida da Masa da Amazônia, Tutiplast e a Sony Plástico.

No comparativo com o mesmo período de 2012, o quantitativo de demitidos subiu 91,57%. No primeiro trimestre do ano passado, as empresas de plástico demitiram 534.

Do lado patronal, a explicação é de ajustes no quadro de empregados em função da pouca demanda que o setor enfrenta. O segmento opera 20% abaixo da capacidade fabril, ressaltou o diretor-executivo do Sindicato da Indústria de Materiais Plásticos do Amazonas (Simplast), Paulo Abreu e aguarda as mudanças no Processo Produtivo Básico (PPB). "O que ocorre são pequenos ajustes que as empresas vão fazendo. A preocupação existe de pormos um ponto final nessa dificuldade", disse.

Para o dirigente, o segmento está 'esperançoso' de que haja recuperação na produção a partir de maio e mais fortemente no segundo semestre.



O segmento Termoplástico demitiu cerca de mil pessoas no primeiro trimestre, 90% acima do mesmo período de 2012

PRIMEIRO TRIMESTRE

Segmento Termoplástico tem resultado oposto ao do PIM

O comportamento do Polo Termoplástico é distinto do restante do PIM. No primeiro trimestre de 2013, as empresas demitiram 7,15% a menos. Foram 5.745 dispensas neste ano e 6.188 no mesmo período de 2012. Apesar da redução, a média de demitidos por mês é de 1.982 no último um ano e meio. O quadro mudou o ranking das empresas que mais demitiram. A Moto Honda, que ficou a maior parte de 2012 na ponta, caiu para a terceira posição com 221 dispensas. "Depois da frustração de Duas Rodas em 2012, o mercado começa a manter um ritmo e se estabilizar", analisa o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco. Para ele, a Honda adequou o efetivo à demanda do mercado. Empresas do Polo Eletroeletrônico, o de maior faturamento no PIM,

assumiram a primeira posição das dispensas no primeiro trimestre do ano, como Samsung Semp Toshiba, Sony Brasil e TPV do Brasil, do segmento eletroeletrônico. O aumento de grandes companhias do segmento com o maior número de demissões é reflexo da sazonalidade, avalia o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees/AM), Celso Piacentini. "Somos um segmento que depende de datas como o Natal. É natural que ocorra um esfriamento na produção nos três primeiros meses do ano", afirma. Piacentini ressaltou que não há grandes expectativas de crescimento e que a tendência é manter o ritmo de 2012. "Não podemos mais cair. Queremos pelo menos repetir 2012", disse.

nas Energia foi condenada a pagar R\$ 500 mil de indenização, por dano moral coletivo. A decisão, unânime, foi da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, em resposta a uma ação civil ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho no Amazonas.

A ação foi aberta em 2009, após a ocorrência de um acidente que resultou na morte de um funcionário da empresa, então denominada Manaus Energia S/A, vítima de choque elétrico durante manutenção da subestação de energia do bairro Cidade Nova, zona norte.

De acordo com a decisão, faltou a adoção de medidas preventivas de controle de risco elétrico mediante técnicas de análise de risco, além do não fornecimento de vestimenta adequada à atividade, ausência de planejamento e procedimento específico assinado por profissional. Esses fatores ocasionaram o acidente.

Para o procurador do Trabalho Ilan Fonseca de Souza, autor de uma outra ação ajuizada em face da mesma empresa, em março deste ano, e com teor similar, dois pontos chamam a atenção no caso. "O primeiro ponto importante é que a decisão não cabe recurso, ou seja, a empresa terá que pagar a quantia estipulada. E o outro ponto é que a ação de ferida torna-se precedente para outras, como a que foi ajuizada recentemente por conta da morte de outros dois trabalhadores durante manutenção da rede elétrica", explica o procurador.

Ilan Fonseca reforça, ainda, que esta decisão traz um pouco de esperança para os trabalhadores, quando o direito fundamental a um meio ambiente de trabalho digno é garantido e, reforça a crença no Poder Judiciário que não aceita mais a monetização da saúde do trabalhador.

INDÚSTRIA

RANKING

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2013

SAMSUNG	492
SEMP TOSHIBA	283
MOTO HONDA	221
SONY BRASIL	213
TPV DO BRASIL	179
ENVISION	178
LG ELECTRONICS	149
H. BUSTER	141
WHIRLPOOL	138
JABIL DO BRASIL	132

FONTE: SINDMETAL

Indústria de celular aposta em alta na produção com smartphone mais barato

Desoneração do PIS/Cofins é bem recebida pelas empresas do Polo Industrial de Manaus

TEXTO Henrique Saunier

MANAUS

Os fabricantes de smartphones instalados no Polo Industrial de Manaus (PIM) comemoraram, nesta terça-feira, a publicação do decreto 7.981, do Ministério das Comunicações, que desonera os aparelhos produzidos no País de contribuições sociais. As empresas do setor acreditam que a medida vai aumentar a demanda por esses eletrônicos e o governo federal estima que o benefício deve chegar ao bolso do consumidor a tempo para o Dia das Mães.

O decreto consiste na isenção do pagamento de Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), em cima dos smartphones produzidos no País. Atualmente, a alíquota cobrada é de 9,25%.

De acordo com o vice-presidente da Samsung, Benjamin Sicsú, o principal ganho vai ser na comercialização desses aparelhos. "Como vai baixar o pre-

FRASE



Benjamin Sicsú.

Vice-presidente da Samsung

Como vai baixar o preço, mais produtos vão ser comprados, ou seja, a tendência é que mais pessoas consigam ter acesso ao produto"

ço, mais produtos vão ser comprados, ou seja, a tendência é que mais pessoas consigam ter acesso ao produto. Fomos nós (os fabricantes) que pedimos do governo, e fomos atendidos depois de uma longa negociação", declarou Sicsú, sem revelar o quanto da produção da multinacional está instalada no PIM.

Por meio de nota, a Nokia do Brasil também exaltou o fato de que o consumidor final

sentirá o impacto do preço menor na sua comercialização. A fábrica da marca finlandesa produz hoje em Manaus dez modelos de aparelhos, como os da linha Lumia e Asha, mas afirmou que "ainda aguarda a publicação das especificações técnicas do que é smartphone pelo governo para divulgar quais desses modelos vão se enquadrar no novo decreto.

Conforme o decreto, os aparelhos celulares com internet em alta velocidade, tipo smartphone, e com valores até R\$ 1,5 mil, são o alvo da desoneração. Uma das condições é que os aparelhos também possuam aplicativos produzidos no Brasil.

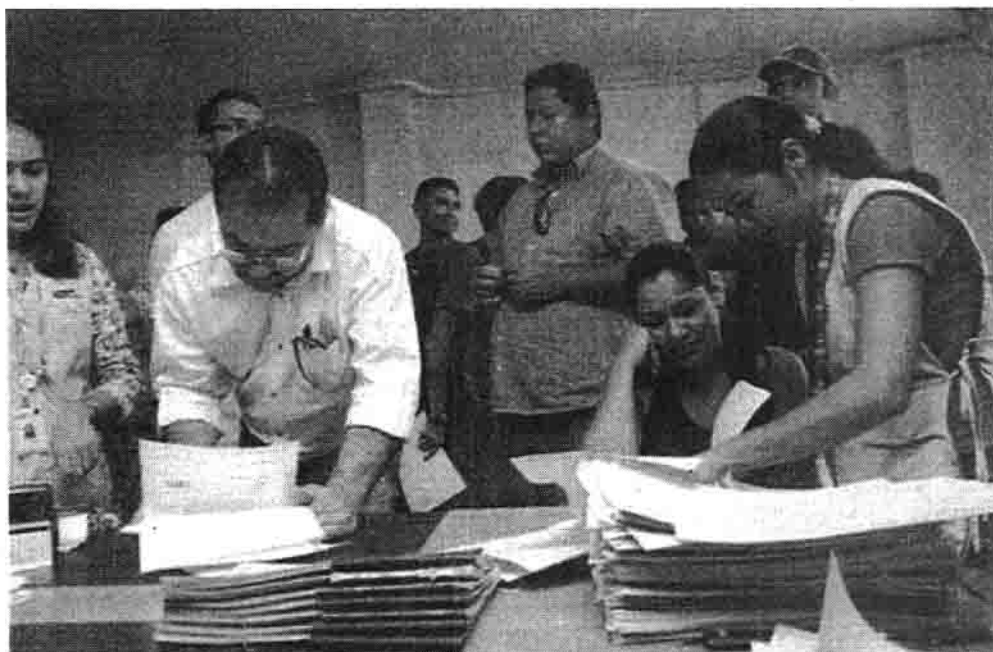
Para o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, além de ajudar a reduzir o custo do bem final para a população, a medida vai facilitar o acesso à internet. Segundo ele, as vantagens comparativas do modelo industrial local não deve sentir impacto negativo. "Como a desoneração sobre o preço do bem final também garantimos a manutenção da competitividade das empresas instaladas no PIM que, inclusive, poderão ter aumento na demanda", disse.

Terceirização aumenta em 13,9% no Distrito

↳ Mão de obra terceirizada alcançou 4.919 postos de trabalho no Polo Industrial de Manaus. Especialista dá dicas de como contratar

A evolução da mão de obra terceirizada entre as indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM) assegurou 4,9 mil postos de trabalho e tornou-se responsável pela produtividade de 11,7 milhões de quilograma líquido de partes e peças para aparelhos eletro (injeção plástica). O segmento alcançou primeiro em lugar no ranking de insumos produzidos em janeiro deste ano.

O crescimento no uso de mão de obra terceirizada foi de 13,9% na comparação entre os 4.919 trabalhadores terceirizados em janeiro de 2013 e os 4.320 registrados no mesmo período do ano anterior, segundo os dados mais recentes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).



Ressalvas sobre procedimento

De acordo com o economista Francisco Mourão Junior, apesar de muitos gestores e empresas terem ressalvas sobre a terceirização, esse estilo de parceria vale a pena e pode ajudar a oferecer mais soluções e de forma mais ágil. "Terceirizar a mão de obra é uma boa alternativa durante os picos de produção muito comuns

no polo industrial. E, ainda continua sendo uma boa saída para o empregador e para o funcionário a curto, médio e longo prazo – depende do desempenho de cada um", avaliou.

Segundo o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a modalidade de terceirização

serve para reduzir o volume de investimento do empresário no produto final. Além de oferecer novas oportunidades como a criação do segmento componentista, ao transformar empregado em empregador especialista e parceiro na produção de bem final, criando mais oportunidades de geração de emprego e renda na indústria lo-

cal. "A vantagem da terceirização de etapas pelas indústrias reside na opção de conter a depreciação fabril ao abrir novas oportunidades como concentrar investimentos e manter empregos. O mundo caminha nessa direção. É um momento cíclico, já aconteceu na década de 1990 e hoje retorna com força", afirmou Périco.

Terceirização aumenta em 13,9% no Distrito (continuação)

Dicas importantes



Produzir dentro de casa ou contratar alguém? Esta dúvida é comum na maioria das empresas em todos os segmentos, segundo o consultor Eduardo Kruger. Se

for terceirizar, procure um parceiro, não apenas um fornecedor. Procure uma empresa especializada e capacitada tecnicamente, mas que também possa apoiar

estrategicamente a gestão da área em que atua, e que tenha conhecimento sobre o negócio da instituição, como aconselha Kruger.

“Um fornecedor cumpre o contrato, um parceiro vai ajudar a identificar oportunidades de mercado e sempre vai buscar a relação ganha-ganha”, apontou o consultor. Qualquer que seja o tamanho de sua empresa, não é bom negócio tentar reduzir custos exigindo que os trabalhadores envolvidos na atividade principal da empresa abram firma ou se associem em cooperativas de trabalho. Os especialistas garantem que não há forma legal para escapar de assinar a carteira de trabalho dos empregados e deixar de pagar férias, décimo terceiro salário e horas extras.

Obras do monotrilho começam

As obras de construção do monotrilho de Manaus começam em julho deste ano. Pelo menos é o que garantiu o coordenador da Unidade Gestora da Copa – Amazonas (UGP Copa), Miguel Capobiango, caso ocorra a liberação de R\$ 600 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – ainda análise em Brasília. A obra vai custar R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 800 milhões que a Caixa Econômica Federal (Caixa) deve emprestar, em maio, ao executivo estadual.

A previsão de conclusão da obra é de 40 meses. “(O dinheiro da Caixa) É um financiamento como outro qualquer, pois



não está mais relativa ao campeonato mundial. A tramitação é a mesma: análise, solicitação, crédito. No caso deste proje-

to, ainda teremos uma segunda operação, a contrapartida de R\$ 600 milhões, por meio da Caixa Econômica Federal”, explicou.